

Acordo antecipa o plebiscito

Parlamentaristas e presidencialistas estão fechando um acordo que antecipa de 7 de setembro para 21 de abril de 1993 a data do plebiscito que vai definir o sistema de governo. Só o líder do PDT, Vivaldo Barbosa (RJ), ainda não concordou com a idéia. A proposta é defendida pelo deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) desde que a emenda do senador José Richa, que antecipava o plebiscito para o ano que vem, foi derrotada no Senado, no segundo turno de votação.

Para antecipar o plebiscito em cerca de cinco meses, será usada a emenda do deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), que determina a realização da consulta popular no dia 7 de abril. O relator da comissão que examina a emenda de Goldman, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), comprometeu-se a apresentar um substitutivo transferindo o plebiscito do dia 7 para o dia

21. O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), presidencialista, disse que o dia 21 é uma homenagem a Ulysses Guimarães, além de Tancredo Neves e Tiradentes, que morreram nesse dia.

Com a antecipação do plebiscito, os líderes dos partidos acham que ficará mais fácil fazer a revisão constitucional, cujo início está marcado para 5 de outubro de 1993. "A partir do plebiscito, nós podemos começar a trabalhar uma pauta prévia, visando a revisão constitucional", disse o líder do PT, José Genoíno (SP). No período entre o plebiscito e a revisão, o Congresso poderia votar, por exemplo, o regimento interno dos trabalhos. Maurílio Ferreira Lima lembrou que, em 1987, deputados e senadores gastaram dois meses discutindo o regimento.

Outro ponto que deverá ser definido antes do início da revisão é a pauta de assuntos a serem discutidos.